



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO - NAD/SR/PF/AP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 22276858/2022-NAD/SR/PF/AP

Processo nº 08361.000942/2022-14

1. **DO OBJETO**

1.1. Processo para contratação de empresa para fornecimento de móveis e eletrodomésticos, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo.

1.2.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR MÁXIMO INDIVIDUAL ACEITÁVEL
1	BELICHE	239077	Cama Conjugada Material: Madeira Quantidade Leitos: 2 Un Acabamento Superficial: Envernizado Comprimento: 188 Cm Largura: 0,78 Cm Características Adicionais: Com Escada Lateral	04	R\$1.695,90
2	COLCHÕES	433114	"Colchão" Material: Espuma Poliuretano Revestimento Tecido: 100% Poliéster Altura: 20 Cm Comprimento: 188 Cm Largura: 78 Cm Densidade: 45 Características Adicionais: Proteção Anti-Ácaro, Anti- Mofo, Anti-Alérgico	08	R\$1,011,90
3	REFRIGERADOR	431265	Refrigerador Duplex Capacidade Refrigeração: 400 L Sistema Degelo: Frost Free Tensão Alimentação: 110/220 V Características Adicionais: Prateleiras Removíveis/Gavetas/Etiqueta "A"/Sistema	01	R\$5.590,00
4	FOGÃO GÁS	482244	Fogão Gás Material: Aço Inoxidável Aplicação: Doméstica Tipo Fogão: Convencional Quantidade Bocas: 5 Un Características Adicionais: Forno Autolimpante, Timer, Acendimento Automático Voltagem: Bivolt V Cor: Inox	01	R\$2.184,05
5	FOGÃO	452320	Fogão Elétrico	01	R\$839,99

	ELÉTRICO		Material: Aço Inoxidável Voltagem: 110/127 V Componentes: 4 Acendedores, Automático, Tímer Digital Sonoro Uso: Doméstico Características Adicionais: Tampo De Vidro		
6	APARELHO AR CONDICIONADO	399665	Aparelho Ar Condicionado Capacidade Refrigeração: 18.000 Btu Tensão: 220 V Tipo: Split Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	02	R\$3.739,12
7	SOFÁ 02 LUGARES	269306	Característica principal: Sofá de dois lugares revestido em símile couro. Dimensões: Altura total: 830 mm Profundidade total: 800 mm Altura do assento: 450 mm Largura total: 1.350 mm Dimensões: variação máxima permitida 5% Portaria 13.056/2020- DG/PF	01	R\$1.900,00
8	SOFÁ 03 LUGARES	269307	Característica principal: Sofá de três lugares em linhas retas revestido em símile couro. Dimensões: Altura total: 830 mm Profundidade total: 800 mm Altura do assento: 450 mm Largura total: 1.900 mm Dimensões: variação máxima permitida 5% Portaria 13.056/2020- DG/PF	01	R\$1.999,00
9	SOFÁ 1 LUGAR	269305	Característica principal: Sofá de um lugar revestido em símile couro Dimensões: Altura total: 830 mm Profundidade total: 800 mm Altura do assento: 450 mm Largura total: 780 mm Dimensões: variação máxima permitida 5% Portaria 13.056/2020- DG/PF	04	R\$2.945,22
10	MESA DE CENTRO MODELO A		Característica principal: Mesa de centro com tampo superior e inferior em madeira aglomerada Dimensões: Largura: 1065 mm Profundidade: 600 mm Altura: 350 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 10% Portaria 13.056/2020- DG/PF	01	R\$689,21
11	SMAT TV		Televisor	03	R\$4.800,53

			Tamanho Tela: mínimo de 42 Pol Voltagem: Bivolt V Características Adicionais: Smart Tv, Entradas Hdmi/Usb, Conversor Di Acessórios: Controle Remoto/Sleep Time/Vhf/Uhf E Tv A Cabo		
12	MICROONDAS		Forno Microondas Material: Aço Inoxidável Capacidade mínima: 20 L * Comprimento: 38,50 Cm * Largura: 51,70 Cm * Altura: 27,70 Cm Potência: 1.400 Watt Voltagem: 110 / 220 V Características Adicionais: Prato Giratório E Timer Cor: Branca	03	R\$626,05
	CAFETEIRAS		Com moedor de grão	02	R\$3.979,00
13	MESA PARA REFEITÓRIO		Característica principal: Mesa com tampo no formato retangular. Dimensões: Comprimento: 1200 mm, 1400 mm ou 1600 mm Largura: 1000 mm Altura mínima: 730 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 5% Portaria 13.056/2020-DG/PF	01	R\$1.508,47
14	CADEIRAS MULTIUSO		Características principais:- Cadeira fixa e empilhável; Dimensões: Altura do encosto: mínimo 410 mm Altura da base: mínimo 453 mm Largura da base: mínimo 531 mm Largura do encosto: mínimo 455 mm Profundidade da base: mínimo 546 mm Altura total: mínimo 830 mm Profundidade total: 530 mm Dimensões: variação máxima permitida 5% Portaria 13.056/2020-DG/PF	04	R\$333,16
15	ARMÁRIOS SUPER ALTO		Características principais:- Armário alto com duas portas;-04 (quatro) prateleiras. Dimensões: Largura: 800 mm Profundidade: 500 mm Altura: 2.000 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 5% Portaria 13.056/2020-DG/PF	02	R\$921,00

1.3.

1.4.

1.5. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O material apresentado será para equipar a sala de descanso/alojamento da Superintendência de Polícia Federal no Amapá, anseio dos servidores já há algum tempo.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, nos termos da Portaria 13.056/2020-DG/PF.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta)** dias, contados do(a) **da emissão da ordem de serviço**, em remessa **(única ou parcelada)**, no seguinte endereço **Rod BR 210, entroncamento da Rodovia Norte/Sul (SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ), Infraero I, Macapá/AP, CEP 68908-910.**

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade e para os móveis especificados, seguir as padronizações estabelecidas na Portaria 13.056/2020-DG/PF, anexo ao presente processo.**

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

- 7.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

7.1. *As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;*

7.2. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

7.2.1. *apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;*

7.2.2. *substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;*

7.3. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

7.4. *Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.*

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;

- 10.1.6. não manter a proposta.
- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.3. multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 10.3.1. multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
11. **ANEXOS**
- 11.1. ANEXOS Mapa comparativo de preços e Portaria 13.056/2020-DG/PF.

Brasília-DF, 20 de abril de 2022.

Nota explicativa: O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, nos termos do art. 9º, §1º do Decreto n. 5.450/2005, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.



Documento assinado eletronicamente por **JORIVAN BRITO NASCIMENTO**, Agente de Polícia Federal, em 20/04/2022, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARINA LEAL GARCIA**, Agente de Polícia Federal, em 22/04/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22276858** e o código CRC **2E67C1C2**.



Referência: Processo nº 08361.000942/2022-14

SEI nº 22276858